

Seminário de História Religiosa Moderna
5ª Sessão – 21 de Julho de 2009 – 17.00h

1. **Comunicação: Religiosidade negra e Inquisição** – por Daniela Buono Calainho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil
2. **Presenças:** 25 participantes.
3. **Introdução:** José Pedro Paiva fez uma introdução à temática no contexto das perspectivas do Seminário.
4. **Texto da comunicação:** Pode consultar-se on-line neste *site*.
5. **Bibliografia:** António Camões Gouveia apresentou alguma bibliografia referente à temática que nos convocara nessa tarde. As observações críticas sobre os livros, que trouxera, foram importantes e oportunos.
6. **Intervenções livres:** Após a apresentação do tema e da bibliografia, abriu-se o habitual espaço para intervenções livres. Intervieram António Ribeiro, José Pedro Paiva, Ana Pereira, Ana Alves, Alexandre Pinto e António Camões Gouveia. As questões colocadas ativeram-se nas várias formas de religiosidade evocadas pela palestrante e no impacto que as mesmas tiveram nos agentes da Inquisição e actuação do Tribunal da Fé. Discutiu-se a questão da pertinência do conceito de religiosidade negra, solicitando-se uma identificação mais clara das suas especificidades e limites. Considerou-se haver nos casos relatados pela conferencista muitos traços de *sabats* com similitudes com o padrão verificado em Portugal, tal como se sugeriu que em relação ao *umbanda*, se encontrariam muitos estados de possessão que pareciam ter traços comuns com certas experiências do género verificadas no Reino, levantando-se a pertinência de fazer este tipo de comparações. Decorrente de todo este debate, com naturalidade se colocou a questão de saber o que se poderia considerar especificamente africano, brasileiro ou português nas práticas e crenças relatadas. Outro tópico de debate prendeu-se com os limites de estudos sobre práticas e crenças desta natureza, as quais eram profundamente sincréticas e com enorme capacidade de integração e adaptação de elementos oriundos de várias configurações culturais, espaciais e temporais, com abordagens feitas exclusivamente a partir de um espaço geográfico circunscrito. Procurou ainda saber-se até que ponto o cristianismo terá contribuído para a vivência e continuação de práticas mágico-religiosas pelas populações oriundas de África que habitaram o Brasil, indagando quais os elementos do cristianismo que foram aceites com mais naturalidade e quais os que foram de recepção difícil ou até impossível. Sustentou-se a importância da leitura dos éditos da fé da Inquisição como instrumentos de divulgação de um certo padrão do cristianismo e do impacto que tinham junto das populações. Pretendeu-se saber se os escravos que chegavam ao Brasil já iam ou não baptizados e como se fazia a sua doutrinação. Os estudos até agora produzidos parecem indicar a existência de elementos cristãos em formas de religiosidade nativa no Brasil, em África e algumas zonas do território indiano, pelo que se questionou da viabilidade de traçar uma geografia original das principais práticas e crenças da religiosidade negra no Brasil. Tratando das penas aplicadas pelo Santo Ofício aos agentes destas práticas, quis-se saber se os reincidentes tinham ou não penas agravadas. A formulação erudita da doutrina cristã terá levado as populações nativas, agrafas, a introduzir elementos de religiosidade ocidental nas suas ancestrais expressões religiosas, mas, normalmente, aborda-se o problema numa perspectiva desfocada, pois recorrentemente o que se verificava era uma deslocação de práticas, crenças e objectos do seu contexto original e tende-se a ler isso como sincretismo.